

Inquérito Civil n. 06.2018.00001609-5

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça, Cristina Elaine Thomé, de um lado, doravante denominado **COMPROMITENTE** e de outro, o **MUNICÍPIO DE ANGELINA**, doravante denominados **COMPROMISSÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal, Senhor Gilberto Orlando Dorigon, acompanhado do Assessor Jurídico, Dr. , OAB/SC n.º, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00001609-5, ora em tramitação nesta 1ª Promotoria de Justiça, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CERFB/88, artigos 26 e 27 da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e artigos 82 e 83 da Lei Complementar Estadual n. 197/00 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina), de onde se extrai competir-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.);

CONSIDERANDO que a CRFB/88 e a Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) contemplam como de prioridade absoluta a integral proteção da criança e do adolescente, assegurando-lhes o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade e ao respeito, dentre outros, além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência (art. 227, *caput*, da CRFB/88);

CONSIDERANDO que o dever do Estado com a educação deverá ser efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde, nos termos do art. 208, inc. VII da CRFB/88, artigo 163, inciso VII da CRFB/88 e artigo 4º, inciso VIII da Lei 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino, competindo à União organizar o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiar as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio, devendo, na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definir formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (CRFB/88, art. 211);

CONSIDERANDO que a Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe em seu artigo 11, inciso VI, que é dever do Município o transporte escolar dos alunos na rede municipal;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 70, *caput* e inciso VIII, aponta a manutenção de programas de transporte escolar como meio de consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 70 do ECA, segundo o qual "*é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente*", aí incluído o direito à educação e, por conseguindo o transporte escolar;

CONSIDERANDO que a Lei 9.503/1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, em seu artigo 136, dispõe sobre as exigências mínimas ao transporte de escolares;

CONSIDERANDO que o art. 137 do CTB determina que a autorização emitida pelo órgão estadual de trânsito seja afixada em local visível, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante;

CONSIDERANDO que o CTB listou, em seu art. 138, requisitos ao condutor do veículo destinado ao transporte escolar, sendo vedada a condução de

veículos que realizem transporte de escolares por motoristas que não possuem tais qualificações;

CONSIDERANDO que a partir do momento em que a criança ou adolescente entra no ônibus escolar inicia-se a responsabilidade civil da Administração Pública e/ou do prestador do serviço pela sua segurança e bem estar até o momento em que é deixado na escola de destino ou em sua residência;

CONSIDERANDO que o CTB, em seu art. 28, dispõe que o condutor do veículo *“deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito”*, e que, com isso, não poderá dispersar sua atenção às constantes necessidades e agitações das crianças e adolescentes conduzidos, o que se traduziria em negligência que viola os já referidos dispositivos do Estatuto da Criança e Adolescente e da Constituição Federal, posto que os conduzidos estariam expostos a um acidente de trânsito;

CONSIDERANDO serem os direitos relacionados à tutela dos interesses da criança e adolescência de prioridade absoluta, dentre eles o do fornecimento de educação, inconcebível qualquer entrave para ser satisfeito esse desiderato, inclusive a devida supervisão de um adulto no transporte escolar para que se desloquem com segurança no itinerário entre a instituição de ensino e sua casa;

CONSIDERANDO que da fiscalização dos documentos encartados nos autos do presente procedimento podem ser constatadas algumas irregularidades no transporte escolar desenvolvido no Município de Angelina;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

Cláusula 1ª: Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas indispensáveis a fim de sanar as irregularidades referentes ao Transporte Escolar no município de Angelina/SC;

2 DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:

Cláusula 2ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a providenciar a realização de inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, nos termos do art. 136, inc. II do CTB, nos veículos pertencentes à municipalidade, bem como exigir a realização da aludida inspeção das empresas privadas que prestam tal serviço ao Município, com vigência a partir do segundo semestre do ano letivo de 2018;

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a afixar nos veículos da municipalidade, na parte interna em local visível, a autorização para transporte de escolares emitido pelo órgão de trânsito do Estado, nos termos do art. 137 do CTB, com vigência a partir do segundo semestre do ano letivo de 2018;

Cláusula 4ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a adotar as providências necessárias para exigir das pessoas físicas e jurídicas que prestam serviço de transporte escolar no Município a autorização para condução coletiva de escolares a que aludem os arts. 136 e 137 do CTB, com vigência a partir do segundo semestre do ano letivo de 2018;

Cláusula 5ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a fornecer curso aos motoristas responsáveis pelo transporte, para supervisionar crianças e adolescentes conduzidos nos veículos durante todo o trajeto escolar – compreendido como os percursos da ida para a instituição escolar e de volta para casa –, bem como para orientar os alunos a como proceder corretamente durante o percurso, comprometendo-se ainda a entregar anualmente comprovante do curso, assinado também pelos motoristas;

Cláusula 6ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se em não utilizar veículos, próprios ou terceirizados, no transporte escolar, que não possuam laudo de inspeção veicular válido e autorização para condução coletiva de escolares;

Cláusula 7ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se em manter adequado e de acordo com a legislação veicular o transporte escolar desenvolvido em Angelina, seja prestado ou não pelo Município, sobretudo atendendo às exigentes previstas nos arts. 136, 137 e 138 do CTB;

Cláusula 8ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se em disponibilizar frota superior de veículos para o transporte dos alunos, evitando a

superlotação, o que coloca em risco a segurança dos passageiros;

Cláusula 9ª: Todas as questões relacionadas ao transporte escolar desenvolvido no Município de Angelina dispostas no presente termo deverão estar regularizadas até o dia 31 de dezembro de 2018, devendo o **COMPROMISSÁRIO** assegurar a legalidade das atividades, desde então, semestralmente, a partir dos dias 1º de fevereiro e 1º de agosto de cada ano.

Cláusula 10ª: O **COMPROMISSÁRIO** encaminhará semestralmente ao Ministério Público (até o dia 1º de fevereiro e o dia 1º de agosto de cada ano), por prazo indeterminado:

I – lista de todos os veículos utilizados no serviço de transporte escolar em Angelina, com nome dos condutores e acompanhantes ("monitores") dos aludidos veículos, além do nome dos representantes legais das empresas;

II – cópia dos documentos que comprovem a habilitação dos condutores para condução do veículo de transporte de escolares, inclusive cópia do certificado de curso para condutores de veículos de transporte escolar ou curso de atualização para condutores de veículo de transporte de escolares, conforme for o caso, nos termos dos itens 6.2 e 7.2 da Resolução 285 do CONTRAN;

III – relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que desempenham a atividade de transporte escolar em Angelina em desacordo com a legislação, qualificando-as com nome completo e endereço, e indicando as providências que adotou para fazer cessar o exercício ilegal da atividade;

Cláusula 11ª: O **COMPROMISSÁRIO**, quando de procedimento licitatório referente ao serviço de transporte escolar, compromete-se em exigir no edital a apresentação, dentre a documentação necessária, da Autorização de Transporte Coletivo emitido pelo órgão competente, do laudo de inspeção veicular e comprovação da habilitação dos condutores dos veículos (inclusive do curso especializado, nos termos da Resolução 285 do CONTRAN), além da identificação e documentos que comprovem a idoneidade do(s) acompanhante(s) do(s) motorista(s) ("monitores"), na forma da Cláusula Quinta;

Parágrafo primeiro: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete em inserir no respectivo edital, cujo objeto seja o transporte escolar, cláusula informando que a falta de apresentação de documentação pertinente importa em

não habilitação para fins de participação no certame licitatório;

Parágrafo segundo: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete a inserir no aludido edital, bem como no contrato administrativo firmado para fins de transporte escolar, a necessidade de apresentação semestral da documentação (inspeção do veículo utilizado no transporte; autorização de transporte coletivo; cópia do curso especializado) ou sempre que haja alteração fática (como troca de veículos ou, mesmo, de motorista ou "monitores") ao Município de Angelina para a devida fiscalização;

Parágrafo terceiro: O **COMPROMISSÁRIO** se compromete em inserir no aludido edital, bem como no contrato administrativo firmado para fins de transporte escolar, cláusula obrigando empresas terceirizadas a apresentarem ao Município de Angelina, sempre que forem solicitados por qualquer dos pactuantes ou quando houver alteração, no prazo de 10 dias, nome dos condutores dos veículos e acompanhantes ("monitores"), cópia dos documentos que comprovem a habilitação para condução do veículo de transporte de alunos, bem como cópia da documentação referente à inspeção veicular e autorização para transporte de escolares dos veículos que forem substituídos ou que forem acrescentados ao serviço por elas prestado à municipalidade;

3 DO DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 12ª: O não atendimento aos compromissos pactuados nas cláusulas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 do presente Termo sujeitará o **MUNICÍPIO DE ANGELINA** ao pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por dia de descumprimento e por cláusula descumprida, a ser revertida na razão de 50% ao Fundo da Infância e Adolescência deste Município e 50% ao Fundo da Infância e Adolescência do Estado de Santa Catarina, correndo este prazo e multa independente de qualquer determinação judicial, sem prejuízo da tomada de medidas administrativas e judiciais;

Parágrafo primeiro: Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública,

a critério do Ministério Público;

Parágrafo segundo: Da mesma forma, na hipótese de não cumprimento dos termos do presente compromisso, por displicência do Poder Público municipal, o Ministério Público alertará a Polícia Militar para adotar as medidas pertinentes diante do não cumprimento das imposições da legislação de trânsito, inclusive impedindo que os veículos utilizados para o transporte escolar de forma irregular não circulem a partir do primeiro semestre do ano de 2019.

4 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 13ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário, caso os compromissos entabulados sejam cumpridos dentro dos prazos e das condições previstas;

Cláusula 14ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 15ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Cláusula 16ª: Fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para a solução de quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Cláusula 17ª: O presente compromisso não tem o escopo de exigir a criação do cargo de acompanhante ("monitor") no município de Angelina, mas apenas refere-se as exigências na hipótese de obrigatoriedade do cargo ou criação por discricionariedade do município.

O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento

de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, principalmente para viabilizar a fiscalização dos prazo aqui pactuados pelo Comando da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

4 DO ARQUIVAMENTO:

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquiva o **Inquérito Civil n.º 06.2018.00001609-5** e comunica o arquivamento, neste ato, ao compromissário, com fundamento no artigo 26, §2º, inciso I, do Ato n.º 335/2014 da PGJ, salientando que, caso não concordem com o arquivamento efetuado, poderão apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 2 do Ato n.º 335/2014/PGJ.

Santo Amaro da Imperatriz, 20 de junho de 2018.

[assinado digitalmente]

CRISTINA ELAINE THOMÉ

Promotora de Justiça

GILBERTO ORLANDO DORIGON

Prefeito Municipal de Angelina

Compromissário

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA

Cargo da Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA

Cargo da Testemunha